

HABEAS CORPUS Nº 548.712 - SP (2019/0357276-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : AMANDA CELUTA MASCARENHAS DE MORAES
ADVOGADO : AMANDA CELUTA MASCARENHAS DE MORAES -
SP210363
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO
PAULO
PACIENTE : RICARDO LIVINO DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

RICARDO LIVINO DE OLIVEIRA alega sofrer coação ilegal ante acórdão proferido pelo Tribunal *a quo*. Requer a progressão ao regime semiaberto, pois atendidos os requisitos do art. 112 da LEP

Decido.

O *writ* comporta pronta solução, **pois existe jurisprudência pacífica sobre o tema.**

O sentenciado, reincidente, cumpre 19 anos, 5 meses e 22 dias de reclusão. Seu pedido de progressão ao regime semiaberto foi indeferido, por falta do requisito subjetivo, por "ter ele cometido 4 faltas disciplinares de natureza grave ao longo do cumprimento da pena" e porque "o exame criminológico realizado [...] foi contrário à sua progressão" (fl. 7).

O aresto está em conformidade com a jurisprudência desta Corte, firme em assinalar que "**o atestado de boa conduta carcerária não assegura, automaticamente, a progressão de regime ao apenado que cumpriu o requisito temporal**, pois o Juiz das Execuções não é mero órgão chancelador de documentos emitidos pela direção da unidade prisional" (AgRg no HC n. 426.201/SP, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 12/6/2018).

Deveras: "Esta Corte Superior pacificou o entendimento segundo o qual, ainda que haja atestado de boa conduta carcerária, a análise desfavorável do mérito do condenado feita pelo Juízo das execuções, com base nas peculiaridades do caso concreto e levando em

consideração **fatos ocorridos durante a execução penal**, justifica o indeferimento do pleito de progressão de regime prisional pelo inadimplemento do requisito subjetivo. Precedentes" (HC n. 468.765/RS, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**, 5ª T., DJe 18/12/2018).

A Lei de Execução Penal, em seu art. 112, determina que a execução da pena seja feita de forma progressiva e estabelece, para tanto, a obrigatoriedade do preenchimento dos requisitos objetivo e **subjetivo**. Por isso, o benefício poderá ser indeferido, justificadamente, com lastro em dados do **histórico carcerário do apenado, que denotem sua incapacidade de galgar regimes menos rigorosos**.

O aresto recorrido não padecer de ilegalidade, pois a conclusão do Tribunal de Justiça pela ausência do mérito carcerário está lastreada, especialmente, em exame criminológico desfavorável e no registros de faltas graves, o que constitui fundamentação idônea para indeferir a progressão de regime.

Confira-se: "A decisão do Juiz das Execuções, mantida e reforçada pelo Tribunal *a quo*, indeferiu de forma fundamentada o pedido de progressão de regime, por entender que não estava preenchido o requisito subjetivo para obtenção do benefício, tendo sido destacado o **resultado do exame criminológico desfavorável** [...] que não recomendava a progressão prisional do apenado, não cabendo nenhum reparado na decisão de primeiro grau" (HC n. 302.373/SP, Rel. Ministro Ericson Marinho (Desembargador convocado do TJ/SP), 6ª T., DJe 6/5/2015).

À vista do exposto, com fulcro no art. 34, XX, **denego este habeas corpus, in limine**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator